

**PARECER Nº 146/2026 – COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO****Emenda Modificativa nº CM 004/2025 ao Projeto de Lei Ordinária nº CM 032/2025****1. Relatório**

Trata-se de emenda modificativa de autoria do Exmo. Vereador Vítor Costa ao projeto de lei de sua própria autoria, que “altera a Lei Municipal nº 4.452/1998 que ‘dispõe sobre a denominação dos próprios públicos e sobre a identificação dos imóveis urbanos e rurais, e dá outras providências’”.

Em resumo, o projeto propõe alterar a Lei Municipal nº 4.452/1998 que dispõe sobre os critérios a serem observados para a denominação e identificação de próprios públicos, de modo específico para impedir a atribuição a bens de domínio público de denominações em homenagem a indivíduos que atuaram como agentes diretos ou representam símbolos de regimes ditatoriais, valendo-se como critério para a identificação dos nomes vedados o reconhecimento do envolvimento do indivíduo em regimes ditatoriais por organismos internacionais e Comissões da Verdade, a condenação ou menção por Cortes Internacionais ou a inclusão em listas de sanções internacionais por participação em atos de repressão em regimes ditatoriais. Por seu turno, a emenda apresentada intenciona especificar os critérios para o reconhecimento dos indivíduos cujos nomes não poderão servir para denominação de próprios públicos.

Em sua justificativa, o autor da emenda à proposta argumenta que “a presente emenda se justifica pela necessidade de acrescentar quais serão os critérios para fins de determinação objetiva da imputação a um indivíduo da condição de agente direto ou símbolo de regime ditatorial”.

Em face do exposto, passa-se à análise da matéria sujeita à apreciação pela Comissão de Justiça, Legislação e Redação da Câmara Municipal de Divinópolis, nos termos do art. 90, inciso I, c/c art. 125, ambos do Regimento Interno (Resolução nº 392 de 23/12/2008).

2. Fundamentos



Após a análise do projeto sob apreciação, com a finalidade de realizar verificação preliminar acerca da constitucionalidade, legalidade e juridicidade da proposta, foi possível chegar às seguintes constatações.

2.1 Do exame quanto à competência legislativa

Sob o aspecto da competência do Legislativo Municipal, não foi verificada a existência de óbice ao trâmite da matéria, eis que plenamente adequada às normas constitucionais de fixação das competências legislativas.

Em se tratando de proposta que altera a legislação municipal que dispõe sobre os critérios para a atribuição de denominação a próprios públicos, a matéria se enquadra na condição de assunto de interesse local, portanto de competência dos Municípios, na forma do art. 30, I, da Constituição Federal.

A competência municipal para disciplinamento da matéria encartada na proposição, ainda encontra amparo no disposto no art. 11, XXII, da Lei Orgânica do Município.

2.2 Da iniciativa

Verifica-se que o projeto de lei ordinária em questão não está inserido em hipótese de competência privativa ou reservada, dado que a matéria em debate não encontra-se encetada entre as hipóteses de competência privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal a que faz referência o §3º, do art. 48, da Lei Orgânica Municipal.

A emenda apresentada ao projeto não se insere entre as hipóteses de vedação a que faz referência o art. 166, do Regimento Interno da Câmara Municipal, o que denota a existência de perfeita adequação da emenda sob o aspecto da iniciativa.

2.3 Da constitucionalidade

A Constituição Federal de 1988 é clara ao dispor em seu art. 30, I, que é de competência dos Municípios o disciplinamento de assuntos de interesse local, enquadrando-se a proposta que altera a legislação municipal que dispõe sobre os critérios para a atribuição de denominação a próprios públicos, nessa natureza de assuntos.

Não se visualiza, na presente análise, confronto entre as disposições constitucionais e as disposições contidas no projeto apresentado, devendo o mesmo, *s.m.j.*, ser considerado constitucional.



2.4 Legalidade

Quanto à legalidade da matéria, faz-se necessária a análise do projeto sob o aspecto da competência de iniciativa, de sua adequação aos normativos, bem como de sua conformação com o texto constitucional, a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara Municipal.

A matéria tratada no projeto de lei em análise é dotada de ineditismo, não sendo constatadas na pesquisa realizada sua identidade ou semelhança com outra matéria em tramitação, nem mesmo qualquer causa que possa conduzir à sua prejudicialidade.

A proposição apresentada cinge-se a alterar a Lei Municipal nº 4.452/1998 que dispõe sobre os critérios a serem observados para a denominação e identificação de próprios públicos, de modo específico para impedir a atribuição a bens de domínio público de denominações em homenagem a indivíduos que atuaram como agentes diretos ou representam símbolos de regimes ditatoriais, valendo-se como critério para a identificação dos nomes vedados o reconhecimento do envolvimento do indivíduo em regimes ditatoriais por organismos internacionais e Comissões da Verdade, a condenação ou menção por Cortes Internacionais ou a inclusão em listas de sanções internacionais por participação em atos de repressão em regimes ditatoriais. Por seu turno, a emenda apresentada intenciona especificar os critérios para o reconhecimento dos indivíduos cujos nomes não poderão servir para denominação de próprios públicos.

Inexistem óbices de natureza legal que possam impedir a aprovação da emenda ao projeto de lei apresentado.

2.5 Técnica legislativa

Nesse aspecto, a proposição em análise encontra-se redigida com clareza e observância da técnica legislativa adequada, atendendo, portanto, às exigências e condições de tramitabilidade e legalidade do art. 154, do Regimento Interno da Câmara Municipal. A redação final do projeto, nos termos do art. 251, do Regimento Interno da Câmara Municipal, se encarregará de promover a compilação final do texto das proposições, segundo a técnica legislativa, promovendo eventual correção de vício de linguagem ou incorreção material que não importe em modificação do alcance ou sentido da proposição aprovada em Plenário.



3. Conclusão

Em face do exposto, é o parecer pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E JURIDICIDADE** da Emenda Modificativa nº CM 004/2025 ao Projeto de Lei Ordinária nº CM 032/2025.

Divinópolis, 14 de abril de 2026.

Wellington Well

Vereador Presidente e Relator
da Comissão de Justiça,
Legislação e Redação da
Câmara Municipal de Divinópolis

Ney Burguer

Vereador Secretário da
Comissão de Justiça, Legislação
e Redação da Câmara Municipal
de Divinópolis

Anderson da Academia

Vereador Membro da Comissão
de Justiça, Legislação e
Redação da Câmara Municipal
de Divinópolis

Bruno Cunha Gontijo

Procurador do Legislativo Municipal

Emenda CM 004/2025 ao PLCM 032/2025

Assinantes

- ✓ **BRUNO CUNHA GONTIJO**
Assinou em 16/04/2026 às 17:58:40 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.245.186-**
Eu, BRUNO CUNHA GONTIJO, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.
- ✓ **WELINGTON GERALDO DA SILVA**
Assinou em 17/04/2026 às 15:29:50 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.809.696-**
Eu, WELINGTON GERALDO DA SILVA, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.
- ✓ **CLAUDINEI CUNHA DA SILVA**
Assinou em 17/04/2026 às 15:39:41 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.006.976-**
Eu, CLAUDINEI CUNHA DA SILVA, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.
- ✓ **ANDERSON EUSTAQUIO RODRIGUES**
Assinou em 17/04/2026 às 19:31:21 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.462.676-**
Eu, ANDERSON EUSTAQUIO RODRIGUES, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

5X3**OY6****D40****ZLR**